

INDICAÇÃO No , DE 2013 (Da Comissão de Educação)

Sugere ao Ministério da Educação encaminhar as providências necessárias à criação de um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Paraná no Município de União da Vitória, PR.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação,

A Comissão de Educação e Cultura (CEC), da Câmara dos Deputados, analisou o Projeto de Lei nº 6.584, de 2009, do Senado Federal, que "autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Paraná no Município de União da Vitória. PR". A proposta original, da lavra do então Senador Flávio Arns, autorizava a criação "da Escola Técnica Federal de União da Vitória, no estado do Paraná". A CEC rejeitar o projeto, considerando as prerrogativas decidiu constitucionalmente asseguradas aos estabelecimentos universitários federais, e também levando em conta a Súmula nº 1 de Recomendações aos Senhores Relatores, da Comissão de Educação e Cultura, bem como a Súmula de Jurisprudência nº 01, de 1994, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania(CCJC) da Câmara dos Deputados, que recomendam que os projetos de lei de natureza autorizativa, versando sobre matéria de iniciativa do Poder Executivo. sejam rejeitados. E se houver mérito em seus conteúdos, recomendam ainda sejam endereçados à área governamental, por meio de 'Indicação ao Executivo'.

Nesta oportunidade, respeitosamente apresentamos ao exame de Vossa Excelência uma proposta desta natureza, que visa à criação de **campus** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFET-PR) no município de União da Vitória, naquele estado.

O eminente autor da proposta assim a justificava, em seu projeto de lei original apresentado ao Senado Federal:

"A história recente do atual Município



paranaense de União da Vitória inicia-se em 1880, quando a freguesia criada com essa denominação passa a subordinar-se ao Município de Palmas. Dez anos depois, a freguesia passou, por decreto estadual, à condição de vila, e, posteriormente, no ano de 1908, à condição de cidade. Ao longo do século 20, o território do município modificou-se continuamente até assumir sua configuração atual. União da Vitória contava, em 2005, com 720 km2 de extensão territorial. O município, que se localiza na mesorregião Sudeste do Paraná, faz divisa, ao sul, com o município Porto União, no Estado de Santa Catarina. Os seus 51 mil munícipes foram responsáveis por um Produto Interno Bruto de R\$ 496 milhões, em 2005. No que tange à educação, os união-vitorienses contavam, em 2007, com 2.161 matrículas no ensino médio, das quais, 1.982 em escola pública estadual e 179 na rede privada. O atendimento desses estudantes era feito por 249 docentes. No ano 2000, o município apresentava Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) equivalente a 0,793. Para um total de 399 municípios no Paraná, União da Vitória ocupava a 33ª posição."

Concluía então que

"Estamos certos de que a instalação de uma escola técnica em União da Vitória em muito contribuirá para elevação do nível socioeconômico do município e da região paranaense em que está situado. Cumpre ressaltar que não apenas o Paraná, mas também o Estado de Santa Catarina ganhará com a medida, em tudo favorável aos catarinenses de Porto União, e paranaenses de Cruz Machado, Paula Freitas, Frontin. Porto Paulo Vitória Bituruna. Particularmente, a medida poderá contribuir para que a produção agrícola e industrial local seja



elevada pela disseminação de saberes de caráter técnico e profissionalizante. Dúvidas não restam de que União da Vitória merece atenção do Governo Federal, para que passe a sediar uma instituição de ensino federal de alto nível, apta a qualificar a juventude união-vitoriense para o mundo do trabalho, mais competitivo cada Ressaltamos, igualmente, que o presente projeto ampara-se na Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, que alterou o § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, de modo a restabelecer a possibilidade de investimento da União na educação técnico-profissional:

§ 50 A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino."

No âmbito do Senado, coube ao Senador Álvaro Dias relatar o processo e em sua análise, ele aponta que:

"A educação profissional e tecnológica condição alcançou а de objetivo nacional estratégico, na medida em que a qualificação para o trabalho é exigência da qual depende a própria sobrevivência do setor produtivo. Por essas e outras razões, a qualificação profissional no ensino médio deve receber grande atenção de nossas autoridades educacionais. No curso dos últimos anos, a rede federal de educação profissional e tecnológica voltou a crescer, de modo que o projeto em exame segue a tendência de valorizar essa modalidade de ensino, na medida em que autoriza o Poder Executivo a privilegiar localidade dotada das condições necessárias para sediar uma nova



escola federal."

Entretanto, o relator, oportunamente, lembrava ainda que

"(..) por outro lado, [houve neste interim] a edição da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência Tecnologia (Institutos Federais). Essa lei manteve escolas vinculadas técnicas demais universidades federais. As escolas passaram a integrar Institutos Federais. Desse modo, a criação de novas instituições de educação profissional e tecnológica, no âmbito do sistema federal de ensino, deve tomar em conta a existência da mencionada lei, fato que justifica a apresentação de emenda substitutiva ao projeto em exame."

A formulação original da ementa do projeto de lei sofreu então modificação para adequá-la aos novos tempos de expansão da rede federal de ensino técnico profissional, ficando assim redigido o art. 1º do Projeto de Lei, depois aprovado pelo Senado Federal:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de União da Vitória, no Estado do Paraná, campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Paraná."

Pois bem, Senhor Ministro: este é então o pleito que trazemos à consideração de Vossa Excelência e que desejamos ver encaminhado junto às instâncias pertinentes no Ministério da Educação.

Temos conhecimento de que o MEC empreende no momento, em todo o Brasil, um grande esforço para expandir a rede federal de ensino técnico e tecnológico, que por anos ficou quase estagnada. O mapa a seguir demonstra a situação atual de expansão da rede, em funcionamento no estado do Paraná:







- 197 Curitiba
- 198 Foz do Iguaçu
- 199 Jacarezinho
- 200 Paranaguá
- 201 Paranavaí
- 202 Telêmaco Borba
- 203 Umuarama

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA

- 315 Curitiba
- 316 Pato Branco
- 317 Dois Vizinhos
- 318 Medianeira
- 319 Apucarana
- 320 Londrina
- 321 Francisco Beltrão
- 322 Toledo
- 323 Campo Mourão
- 324 Cornélio Procópio
- 325 Ponta Grossa

E sabemos também que o novo Instituto Federal, que já se desdobra nos *campi* Curitiba, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba, Umuarama, campus avançado de Londrina e campus avançado de Ivaiporã, desenvolve no momento os processos de implantação dos *campi* Londrina e Jacarezinho e dos campi avançados de Assis Chateubriand; Cascavel; Campo Largo; Palmas; Lapa e Irati.

Senhor Ministro, a cidade paranaense de União da Vitória não está prevista no Plano de Expansão do MEC. Em 2010, a população do município já atingia os 52.735 habitantes; o PIB da cidade, a preços correntes, era de 519.602

mil reais e o PIB per capita, a preços correntes, equivalia, em 2008, a 9.794,95 Reais. Em 2009, eram 9.011 as matrículas no ensino fundamental e no Ensino médio, registravam-se 2.337 matrículas. O número de unidades locais do SUS era de 2.250 e na cidade, o pessoal ocupado totalizava 13.189 pessoas. Quanto aos indicadores de pobreza e desigualdade (dados de 2003), era 44,16% o percentual de incidência da pobreza e o coeficiente de Gini, para o município, equivale a 0,41(Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003).

Senhor Ministro, tendo em vista as razões e informações supracitadas, é justa e meritória a solicitação do Senado Federal de criação de mais um **campus** do IFET-Paraná no município de União da Vitória. Solicitamos então o apoio de V. Exa. e do MEC à implementação desta demanda, que também é oportuna, na medida em que garantirá melhores condições de formação educacional e qualificação para o trabalho à juventude paranaense da região de União da Vitória, e, também, aos jovens habitantes das cidades vizinhas do estado de Santa Catarina, igualmente necessitadas de um impulso qualitativo na sua educação profissional.

Sala das Sessões, em de

Deputado ARTUR BRUNO

de 2013.

Presidente em exercício

REQUERIMENTO Nº , DE 2013.

(Da Comissão de Educação)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo Ministério da Educação a criação de campus do Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia e (Instituto Federal) do Paraná Município de União da Vitória, PR.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. encaminhar ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação a criação de **campus** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Paraná no Município de União da Vitória, PR.

Sala das Sessões, em de

de 2013.

Deputado ARTUR BRUNO

Presidente em exercício